

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Anexos:

Anexo A - Modelo de decomposição do preço e quantidades (Lote 1)

Anexo B - Modelo de decomposição do preço e quantidades (Lote 2)

Anexo C - Modelo de decomposição do preço e quantidades (Lote 3)

Anexo I - Documento europeu único de contratação pública (DEUCP)

Anexo II - Modelo da Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP

Anexo III – Modelo da Declaração de Inexistência de Impedimentos (n.º 3 e 4 do artigo 1.º-A do CCP)

Anexo IV – Modelo de Declaração de Consentimento de Tratamento de Dados (RGPD)

Anexo V - Declaração de Interlocutor/Gestor do Contrato

Índice

<i>Artigo 1.º</i>	3
<i>Identificação e objeto do procedimento</i>	3
<i>Artigo 2.º</i>	3
<i>Entidade adjudicante</i>	3
<i>Artigo 3.º</i>	4
<i>Órgão que tomou a decisão de contratar</i>	4
<i>Artigo 4.º</i>	4
<i>Fundamento da escolha do procedimento</i>	4
<i>Artigo 5.º</i>	4
<i>Órgão competente para prestar esclarecimentos</i>	4
<i>Artigo 6.º</i>	4
<i>Peças do procedimento</i>	4
<i>Artigo 7.º</i>	5
<i>Esclarecimentos e erros e omissões</i>	5
<i>Artigo 8.º</i>	6
<i>Prazo e modo para apresentação de propostas (por Lote)</i>	6
<i>Artigo 9.º</i>	7
<i>Documentos que constituem a proposta (por Lote)</i>	7
<i>Artigo 10.º</i>	8
<i>Idioma dos documentos da proposta</i>	8
<i>Artigo 11.º</i>	8
<i>Propostas variantes</i>	8
<i>Artigo 12.º</i>	8
<i>Indicação do Preço</i>	8
<i>Artigo 13.º</i>	9
<i>Prazo da obrigação de manutenção das propostas</i>	9
<i>Artigo 14.º</i>	9
<i>Esclarecimentos e suprimento de propostas</i>	9
<i>Artigo 15.º</i>	10
<i>Critério de adjudicação</i>	10
<i>Artigo 16.º</i>	10
<i>Critério de desempate</i>	10
<i>Artigo 17.º</i>	11
<i>Documentos de habilitação</i>	11
<i>Artigo 18.º</i>	13
<i>Prazo para a apresentação dos documentos de habilitação</i>	13
<i>Artigo 19.º</i>	13
<i>Idioma dos documentos de habilitação</i>	13
<i>Artigo 20.º</i>	14
<i>Caução</i>	14
<i>Artigo 21.º</i>	14
<i>Contrato</i>	14
<i>Artigo 22.º</i>	14
<i>Aceitação da minuta do contrato</i>	14
<i>Artigo 23.º</i>	14
<i>Reclamação da minuta do contrato</i>	14
<i>Artigo 24.º</i>	15
<i>Condições gerais</i>	15
<i>Artigo 25.º</i>	15
<i>Prevalência</i>	15
<i>Artigo 26.º</i>	15
<i>Legislação aplicável</i>	15

Artigo 1.º

Identificação e objeto do procedimento

1. O presente concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, conjugado com o disposto nos artigos 130.º a 154.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual, adiante designado CCP, tem por objeto a formação do contrato para a **Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho de Óbidos, Limpeza Urbana e Limpeza dos Sanitários Públicos, da Vila de Óbidos, por Lotes** que se discriminam, a executar de acordo com as cláusulas do Caderno de Encargos:

- ▶ **Lote 1 - Prestação de serviços de recolha e transporte de RSU no concelho de Óbidos;**
- ▶ **Lote 2 - Prestação de serviços de limpeza urbana na Vila de Óbidos;**
- ▶ **Lote 3 - Prestação de serviços de limpeza dos sanitários públicos da Vila de Óbidos.**

2. O objeto do contrato encontra-se definido com o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com os Códigos CPV – 90511100-3, Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, CPV – 90610000-6, Serviços de Limpeza e Varrimento de Ruas, CPV - 90911200-8, Serviços de Limpeza de Edifícios e CPV - 39300000-5, Equipamento diverso nos termos do Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28,11/2007, aplicável a partir de 15/09/2008.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Óbidos, com o NIPC 506 802 698, sito no Largo de São Pedro, 2510-086 Óbidos, com os números de telefone 262955500 e 262955531, endereço eletrónico geral@cm-obidos.pt, endereço do sítio na internet www.cm-obidos.pt e plataforma eletrónica www.acingov.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Senhor Presidente da Câmara, **no uso de competência delegada**, aprovada pela Câmara Municipal na reunião de 22 de outubro de 2021, estabelecida no artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cujas disposições foram mantidas em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, conjugado com os artigos 36.º, 38.º, n.º 2 do 40.º e 67.º, todos do CCP.

Artigo 4.º

Fundamento da escolha do procedimento

1. Atendendo ao preço base, o procedimento a adotar é o Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.
2. O presente procedimento prevê a adjudicação por lotes.

Artigo 5.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o júri do procedimento, por delegação do órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do CCP.

Artigo 6.º

Peças do procedimento

1. As peças que instruem o presente procedimento são o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos, integral e gratuitamente disponibilizados na plataforma eletrónica de compras públicas da “Acingov” na página eletrónica www.acingov.pt, a partir da data da publicação do respetivo anúncio.

2. Para aceder à plataforma é necessário efetuar o registo na página eletrónica referida no número anterior e obter um certificado de acesso, bem como dispor de certificado de assinatura digital qualificada nos termos previstos na legislação em vigor.
3. É obrigatório o uso de selos temporais na submissão de documentos pelo que o interessado terá de adquiri-los.
4. Para obter mais informações, ou no caso de dificuldades no uso da plataforma, deverá contactar o serviço de apoio ao cliente da plataforma através do número (+351) 707 451 451 ou e-mail:
apoio@acingov.pt.
5. Todas as comunicações e notificações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário, relativas à fase de formação do contrato, devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica anteriormente mencionada, nos termos do disposto nos artigos 467.º a 469.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP), na sua atual redação.
6. No caso de indisponibilidade de acesso à plataforma eletrónica, as peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta na sede da entidade adjudicante onde podem ser examinadas (por marcação prévia, através dos telefones: 262955500/262955531), durante as horas de expediente, das 09.00 horas às 13.00 horas e das 14.00 horas às 17.00 horas, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República (DR) até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 7.º

Esclarecimentos e erros e omissões

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, as entidades convidadas podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do n.º 2 do artigo 50.º do CCP e daqueles que apenas possam ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação da proposta, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelas entidades convidadas a apresentar propostas, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo não sejam por ele expressamente aceites.

3. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 8.º

Prazo e modo para apresentação de propostas (por Lote)

1. As propostas serão apresentadas diretamente na plataforma eletrónica [www.acingov.pt.](http://www.acingov.pt), conforme indicada no Artigo 2.º do presente Programa de Procedimento até ***às 23h59m do 15.º (décimo quinto) dia, a contar da data de envio para publicação do anúncio oficial Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.***

2. A abertura das propostas realiza-se no 1.º dia útil seguinte ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3. Em conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 62.º do CCP, quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:

- a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
- b) Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- c) Cujas receções devem ser registadas por referência à respetiva data e hora.

Artigo 9.º

Documentos que constituem a proposta (por Lote)

1. A proposta a apresentar pelo concorrente terá que integrar os seguintes documentos:

- a)** Formulário principal, devidamente preenchido, disponível na plataforma eletrónica;
- b)** Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), como estabelecido no n.º 6 do artigo 57.º do CCP, assinado pelo representante do candidato com poder para o obrigar, disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd> (Anexo I);
- c)** Documento que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os **atributos da proposta**, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se disponha a contratar e em respeito às condições definidas no Caderno de Encargos, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP:
 - i. Preço de acordo com os Anexos A (Lote 1), B (Lote 2) ou C (Lote 3) do presente Programa de Procedimento, consoante o(s) Lote(s) a que concorra;***
 - ii. Nota justificativa dos preços propostos.***

d) Documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante (Certidão Permanente ou respetivo código de acesso, Procuração, Atas, outros).

2. De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º do CCP, integram também a proposta, quaisquer outros documentos que os concorrentes considerem indispensáveis para efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos anteriormente referidos devem ser assinados, nos termos do n.º 5 do artigo 57.º do CCP, pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

4. Todos os documentos apresentados pelos concorrentes, incluindo os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP e artigos 54.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

5. Os certificados a que se refere o parágrafo anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em: www.gns.gov.pt).

6. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso), ata ou procuração.

Artigo 10.º

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do CCP.

Artigo 11.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelo concorrente de propostas variantes.

Artigo 12.º

Indicação do Preço

1. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
3. Sempre que, na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 13.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de **66 dias**, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Artigo 14.º

Esclarecimentos e suprimento de propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito de análise e da avaliação das mesmas, ao abrigo do artigo 72.º do CCP, devendo o concorrente prestá-los no prazo que for concedido, através do canal disponibilizado para prestação de esclarecimentos às propostas na plataforma em uso pelo município.

2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respectivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respectivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

3. Nos termos do n.º 3 do citado artigo 72.º, poderão ser solicitados pelo júri, que no prazo máximo de 5 dias, o concorrente proceda ao suprimento de irregularidades formais da sua proposta que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo designadamente:

- a)** A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo as declarações dos anexos i e v ao presente Código ou o Documento Europeu Único de Contratação Pública;
- b)** A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;

- c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.

4. Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.º s 1 e 3, bem como as respetivas respostas, são disponibilizados na plataforma em uso pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 15.º **Critério de adjudicação**

Propõe-se que a adjudicação seja feita, **para todos os Lotes**, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade **monofator**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 16.º **Critério de desempate (por Lote)**

1. Em caso de empate, caso se verifique igualdade de preço em duas ou mais propostas, a ordenação final será determinada em função do desempate das mesmas por via de sorteio de bolas a promover pelo júri, nos seguintes termos:

- a) Com a antecedência de pelo menos, 3 (três) dias úteis, serão convidados a estarem presentes, em data, hora e local a indicar, os representantes das propostas empatadas, que deverão fazer-se acompanhar de um documento comprovativo da qualidade em que atuam;
- b) O sorteio será composto por tantas bolas, numeradas sequencialmente, quantas as propostas em situação de empate, com início no número 1, e acondicionadas num saco preto;

- c) Os representantes dos concorrentes, devidamente credenciados no ato do sorteio, retiram do saco uma bola. A primeira bola a ser retirada será pelo concorrente cuja proposta foi apresentada mais cedo e assim sucessivamente, até que todos os concorrentes tenham retirado uma bola;
- d) A ausência no sorteio ou havendo recusa em retirar a bola do saco por parte de um dos concorrentes, o mesmo será representado por um dos elementos do júri, designado pelo presidente do júri;
- e) Terminado o processo de extração de bolas, ficará em primeiro lugar a proposta que tenha extraído a bola com o número 1, ficando nos lugares subsequentes as restantes propostas de acordo com o número da bola extraída;
- f) Do ato será lavrada ata.

Artigo 17.º

Documentos de habilitação (por Lote)

1. O adjudicatário deverá no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data da notificação da decisão de adjudicação prevista no n.º 2 do artigo 77.º do CCP, apresentar diretamente na plataforma eletrónica www.acingov.pt os seguintes documentos, nos termos do artigo 81.º do citado diploma:

- a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente Programa do Procedimento (Anexo II ao CCP), a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Documentos comprovativos de não se encontrar na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- c) Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos referidos no ponto anterior, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar;

- d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;
- e) Declaração de Inexistência de Impedimentos, conforme minuta apresentada no **Anexo III** ao presente Programa do Procedimento;
- f) Declaração de Consentimento para Tratamento de Dados, conforme **Anexo IV** ao presente Programa do Procedimento, em número equivalente aos titulares que forneçam dados pessoais;
- g) Comprovativo de inscrição no RCBE (Registo Central do Beneficiário Efetivo), **atualizado à data de entrega** ou, em alternativa, facultar à Entidade Adjudicante o respetivo código de acesso, em conformidade com o previsto no artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, no caso do adjudicatário ser uma pessoa coletiva;
- h) Documento com a designação do responsável que represente o adjudicatário, o qual servirá de interlocutor entre as partes para resolução e/ou conhecimento de qualquer assunto inerente ao objeto do contrato, com indicação do nome, contacto(s) telefónico(s) e endereço de correio eletrónico, **conforme Anexo V acompanhado de Declaração do Consentimento para Tratamento de Dados conforme Anexo IV, ambos deste Programa do Procedimento;**
- i) Dados pessoais da(s) pessoa(s) que vai(ão) assinar o contrato, nomeadamente n.º cartão de cidadão e validade.

2. De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, o adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado ou signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio pode ainda apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

Artigo 18.º

Prazo para a apresentação dos documentos de habilitação

1. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação da entidade adjudicatária, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**, tal como dispõe o n.º 2 do artigo 85.º do CCP.
2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, a entidade adjudicante notifica a entidade adjudicatária relativamente ao facto, fixando-lhe **um prazo de 3 (três) dias úteis**, para que se pronuncie por escrito ao abrigo da audiência prévia, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.
3. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável à entidade adjudicatária o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, **um prazo de 5 (cinco) dias úteis** para suprimimento das irregularidades detetadas nos documentos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. A não apresentação dos documentos de habilitação, **faz caducar a adjudicação**, nos termos do artigo 86.º do CCP.

Artigo 19.º

Idioma dos documentos de habilitação

1. Nos termos do disposto do n.º 4 da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, e sob pena da caducidade da adjudicação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa;
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem dirigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 20.º

Caução

Considera-se que, face ao valor, preço contratual inferior a 500.000,00€, não deve ser exigida caução nem deve proceder-se à retenção nos pagamentos, prevista no n.º 3 artigo 88.º do CCP.

Artigo 21.º

Contrato

Nos termos do disposto no artigo 94.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito.

Artigo 22.º

Aceitação da minuta do contrato

1. A minuta do contrato a celebrar deverá ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 23.º

Reclamação da minuta do contrato

1. Serão admissíveis reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que serviram de base ao procedimento.
2. Em caso de reclamação, o órgão competente que aprovou a minuta do contrato comunicará ao adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 24.º
Condições gerais

As condições gerais, que o adjudicatário deverá ter em conta na apresentação da sua proposta, são as constantes do caderno de encargos anexo ao presente programa do procedimento e que dele faz parte integrante.

Artigo 25.º
Prevalência

As normas constantes do Código dos Contratos Públicos relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes, nos termos do artigo 51.º do CCP.

Artigo 26.º
Legislação aplicável

Em tudo o que o presente programa do procedimento for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro) na sua redação atual, e demais legislação aplicável.

A Técnica Superior
(Ana Paula Dias)

ANEXO A

MODELO DE DECOMPOSIÇÃO DO PREÇO DA PROPOSTA (LOTE 1)

(denominação social da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter tomado conhecimento do objeto do contrato a concurso denominado **“CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO DE ÓBIDOS, LIMPEZA URBANA E LIMPEZA DOS SANITÁRIOS PÚBLICOS, DA VILA DE ÓBIDOS, POR LOTES”**, a que se refere o anúncio datado de ____ de _____ de 2025, obriga-se a cumpri-lo integralmente para os **Serviços de Recolha e Transporte de RSU no concelho de Óbidos**, em conformidade com o caderno de encargos e, pelo preço composto pelas seguintes parcelas:

Serviços de Recolha de RSU	Preço Mensal s/ IVA (Euros/mes)	Preço Total para 6 meses s/ IVA (Euros)
1.1 – Preço para a recolha de resíduos urbanos indeferenciados (RUI) no concelho de Óbidos e seu transporte para destino final;	€	€
1.2 – Preço para a recolha porta-a-porta de RU indeferenciados na Vila de Óbidos;	€	€
1.3 – Preço para a recolha porta-a-porta de RU diferenciados na Vila de Óbidos;	€	€
1.4 – Preço para a recolha de resíduos volumosos domésticos no concelho de Óbidos (monstros), pilhas e lâmpadas e seu transporte para destino final;	€	€
1.5 – Preço para a manutenção, lavagem, desinfecção, desgorduramento e desodorização de contentores no concelho de Óbidos;	€	€
1.6 – Preço para a educação ambiental.*	-	€
Subtotal 1=1.1+1.2+1.3+1.4+1.5+1.6	€	€

* O concorrente deverá apresentar apenas o preço total para 1 (uma) sessão que decorrerá nos 6 (seis) meses, para o serviço de educação ambiental

Fornecimento de bens	Preço unitário s/ IVA (Euros)	Quantidade para 6 meses	Preço Total para 6 meses s/ IVA
1.7 – Preço para o fornecimento de contentores de 800 litros de cor verde	€	12	€
Subtotal 2=1.7	€		€

Preço Total* = Subtotal 1 + Subtotal 2	€
---	---

* Preço para os 6 (seis) meses

O valor total da proposta assume o valor de € _____ (por extenso).

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data

Assinatura

ANEXO B

MODELO DE DECOMPOSIÇÃO DO PREÇO DA PROPOSTA (LOTE 2)

(denominação social da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter tomado conhecimento do objeto do contrato a concurso denominado **“CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO DE ÓBIDOS, LIMPEZA URBANA E LIMPEZA DOS SANITÁRIOS PÚBLICOS, DA VILA DE ÓBIDOS, POR LOTES”**, a que se refere o anúncio datado de ____ de _____ de 2025, obriga-se a cumpri-lo integralmente para os **Serviços de Limpeza Urbana na Vila de Óbidos**, em conformidade com o caderno de encargos e, pelo preço composto pelas seguintes parcelas:

Serviços de Limpeza Urbana	Preço Mensal s/ IVA (Euros/mes)	Preço Total para 6 meses s/ IVA (Euros)
1.1 – Preço para a limpeza urbana na Vila de Óbidos	€	€
Subtotal 1=1.1	€	€

Fornecimento de bens	Preço unitário s/ IVA (Euros)	Quantidade para 6 meses	Preço total para 6 meses s/ IVA (Euros)
1.2 – Preço para o fornecimento das papeleiras de 54 litros	€	2	€
1.3 – Preço para o fornecimento das papeleiras de 32 litros	€	2	€
Subtotal 2=1.2+1.3	€		€

Preço Total* = Subtotal 1 + Subtotal 2	€
---	---

* Preço para os 6 (seis) meses

O valor total da proposta assume o valor de € _____ (por extenso).

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data

Assinatura

ANEXO C

MODELO DE DECOMPOSIÇÃO DO PREÇO DA PROPOSTA (LOTE 3)

(denominação social da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter tomado conhecimento do objeto do contrato a concurso denominado **“CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO DE ÓBIDOS, LIMPEZA URBANA E LIMPEZA DOS SANITÁRIOS PÚBLICOS, DA VILA DE ÓBIDOS, POR LOTES”**, a que se refere o anúncio datado de ____ de ____ de 2025, obriga-se a cumpri-lo integralmente para os **Serviços de Limpeza dos Sanitários Públicos da Vila de Óbidos**, em conformidade com o caderno de encargos e, pelo preço composto pelas seguintes parcelas:

Serviços de limpeza dos sanitários públicos da Vila de Óbidos	Preço Mensal s/ IVA (Euros/mes)	Preço Total para 6 meses s/ IVA (Euros)
1.1 – Preço para a limpeza dos sanitários públicos da Vila de Óbidos	€	€
Subtotal 1=1.1	€	€

Fornecimento de bens	Preço unitário s/ IVA (Euros)	Quantidade para 6 meses	Preço total para 6 meses s/ IVA (Euros)
1.2 - Preço para o fornecimento de caixotes do lixo	€	2	€
1.3 - Preço para o fornecimento de porta rolos	€	2	€
1.4 - Preço para o fornecimento de secador de mãos	€	1	€
1.5 - Preço para o fornecimento de porta toalhas de papel (dispensador de toalhas de papel em z)	€	1	€
1.6 - Preço para o fornecimento de dispensadores de sabonete líquido	€	2	€
Subtotal 2=1.2+1.3+1.4+1.5+1.6	€		€

Preço Total* = Subtotal 1 + Subtotal 2	€
---	---

* Preço para os 6 (seis) meses

O valor total da proposta assume o valor de € _____ (por extenso).

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data

Assinatura

ANEXO I

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

<https://ec.europa.eu/tools/espd>

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações prevista no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

(n.º 3 e 4 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos)

1 - Para efeitos do disposto do n.º 3 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos (identificação do concorrente) _____, NIF _____ na qualidade de adjudicatário à execução do contrato no âmbito do procedimento com referência _____, declara, sob compromisso de honra, que a entidade por si representada não se encontra abrangida pelas situações previstas no nº 4 do referido artigo.

2 – O declarante tem pleno conhecimento de que a violação do disposto no nº4 do artigo 1.º-A do citado diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização à entidade adjudicante e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

Data,

Assinatura (s)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO CONSENTIMENTO TRATAMENTO DE DADOS

1 - Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, eu _____, portador do Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão n.º _____, declaro que fui informado/a que o Município de Óbidos irá recolher junto da entidade _____, dados pessoais dos quais sou titular para efeitos de tramitação pré-contratual, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

2 – Declaro que tenho pleno conhecimento de que estes dados serão tratados para efeitos de seleção do adjudicatário no procedimento _____, e que no caso da entidade _____ vir a ser o adjudicatário, os meus dados serão elementos integrantes do contrato a celebrar.

3 – Fui também informado/a que estes dados pessoais serão conservados durante o período de arquivo do processo de contratação pública, tendo, eu, o direito de solicitar o acesso aos mesmos, requerer a sua retificação e a sua portabilidade.

4 – Fui, ainda, informado/a que tenho direito de reclamar junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Assinatura

(O titular de dados)

ANEXO V

Declaração de Interlocutor/Gestor do Contrato

..... (nome), na qualidade de Interlocutor/Gestor do Contrato delegado pela (firma, entidade, sociedade comercial, etc), o qual deve cumprir a gestão de contrato como previsto na Cláusula do Caderno de Encargos, disponibilizando para isso os seguintes contactos:

1) Nome: _____;

2) Email: _____;

3) Número de telemóvel: _____;

... (local), ... (data), ... [assinatura].